ANA
Agência Nacional de Águas

GEF
Fundo para o Meio Ambiente Mundial

PNUMA
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

OEA
Organização dos Estados Americanos

PROJETO IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE BACIA HIDROGRÁFICA PARA O PANTANAL E BACIA DO ALTO PARAGUAI

ANA/GEF/PNUMA/OEA

Subprojeto 4.3 – Criação de Alternativas Comunitárias para o Eco-Etnoturismo na Área Indígena Guató, Corumbá/MS

Relatório Final

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS COSTUMES INDÍGENAS GUATÓ

ecoa
www.riosvivos.org.br

Campo Grande – Mato Grosso do Sul

PROJETO IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE BACIA HIDROGRÁFICA PARA O PANTANAL E BACIA DO ALTO PARAGUAI

ANA/GEF/PNUMA/OEA

Subprojeto 4.3 – Criação de Alternativas Comunitárias para o Eco-Etnoturismo na Área Indígena Guató, Corumbá/MS

Relatório Final

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS COSTUMES INDÍGENAS GUATÓ

Coordenação do Subprojeto
Adriana Barros

Consultores Participantes
Rosângela Aparecida Ferreira Lima
Alberto Ventura do Couto
Rose Mary Paes de Araujo

Contrato CPR/OEA nº 30466 L3

Dezembro de 2003

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS COSTUMES INDÍGENAS GUATÓ

RESUMO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

O presente documento, referente ao Subprojeto 4.3 - Criação de Alternativas Comunitárias para o Ecoturismo na Área Indígena Guató (Ilha Ínsua), está inserido no contexto do Componente IV – Envolvimento dos Interessados e Desenvolvimento Sustentável cujo objetivo geral é de demonstrar oportunidades econômicas alternativas para preservar a cultura indígena da região do Pantanal, promovendo tanto suas características étnicas quanto à integridade de seu meio ambiente ante as crescentes pressões do turismo, tomando como base, a comunidade Guató.

Todos os produtos oriundos das atividades previstas neste Subprojeto estão diretamente ligados à sobrevivência dos Guató com vistas a discutir o Planejamento de Ações Estratégicas da região da BAP. O tipo de trabalho desenvolvido neste subprojeto poderá ser replicado na bacia, em outras comunidades, indígenas ou não.

O projeto foi desenvolvido no Território Indígena Guató, conhecido por Ilha Ínsua. A área é coberta por floresta estacional semidecidual ainda bem conservada, com exceção da área onde está a "aldeia" indígena, onde parte da vegetação foi retirada para dar espaço para a construção de casas, roças e um campo de futebol.

Conforme planejado, foram elaborados os seguintes produtos:

- programa de resgate fonético da língua mãe;
- capacitação para artesanato Guató; e
- capacitação organizacional e formação comunitária.

O Subprojeto 4.3 - Criação de Alternativas Comunitárias para o Ecoturismo na Área Indígena Guató (Ilha Ínsua) está inserido no contexto do Componente IV – Envolvimento dos Interessados e Desenvolvimento Sustentável.

A ECOA - Ecologia & Ação propôs a valorização do saber de uma etnia indígena pantaneira e seu modo de vida onde a base do trabalho é garantir a subsistência da comunidade, melhorar o modo de vida e alimentação e discutir a sustentabilidade ambiental de seu território.

Todos os produtos oriundos das atividades previstas neste Subprojeto estão diretamente ligados à sobrevivência dos Guató, seja relacionado tanto à produção como à comercialização dos produtos indígenas com vistas a discutir o Planejamento das Ações Estratégicas – PAE - idealizadas pela comunidade, contribuindo assim com o desenho alternativo do modelo do desenvolvimento da região onde estão inseridos.

A importância dada a terra pelos indígenas não se remete apenas à posse, não se trata apenas de propriedade. Para eles a terra não representa apenas o lugar onde se mora, mas é um prolongamento das suas vidas.

O processo ocorrido de dispersão e inexistência como etnia, com o passar do tempo, gerou um anseio por parte dos Guató de estabelecer uma reserva indígena em que pudessem viver livres do processo de expropriação e aglutinar os seus membros.

O local escolhido por eles foi a Ilha Bela Vista do Norte ou Ilha Ínsua. Embora considerada área indígena no início da década dos anos 80, o processo de demarcação foi finalizado apenas em 1993.

O tipo de trabalho desenvolvido neste subprojeto poderá ser de interesse para o futuro do gerenciamento integrado da Bacia do Alto Paraguai (BAP) pelo acúmulo de experiência absorvida pela comunidade, de conhecimentos e metodologias que poderão ser replicados na bacia, sejam em outras comunidades étnicas ou não.

Além disso, este trabalho atende as reivindicações feitas pelas lideranças Guató de criar alternativas econômicas para a comunidade em consonância com as características ambientais locais e características histórico-culturais deste povo.

1. ANTECEDENTES NO PCBAP

1.1. Informação disponível

Os Guató, classificados como falantes do tronco Macro-Jê, de famílias isoladas, foram encontrados pela primeira vez no século XVI, numa região pantanosa próxima ao rio Paraguai. Compunham a população da área ao norte e noroeste do Pantanal de Mato Grosso do Sul, junto com Payaguá, Guana e Chané. Mantiveram contatos hostis com os Mbayá-Guaykuru, mas chegaram a ser dominados por eles (PCBAP, 1997).

Um de seus habitats mais antigos identificados foi a Baía Gaíba, próxima à grande lagoa Uberaba, no imenso pantanal entre o rio Paraguai e o rio Corixo Grande, quando o primeiro se abre em inúmeros braços que drenam a área no sentido sul. Ocupavam também a região entre a foz do São Lourenço no Cuiabá, e no rio Paraguai.

Alguns cronistas observavam que as lagoas Gaíba e Uberaba tinham um sentido sagrado para os Guató. Ao sul da Lagoa Uberaba estende-se a Ilha Ínsua, entre o rio Paraguai e um canal que Francais de Castelnau denominou de D. Pedro II, em homenagem ao Imperador (PCBAP, 1997).

Os Guató são considerados o “povo do Pantanal” por excelência e sempre foram descritos como hábeis canoeiros. Alguns cronistas destacaram a sua harmonia com o meio ambiente.

Devido a intensos contatos, no final do século XIX, estavam sofrendo irreversível processo de redução populacional e de perda de território. No início do século XX, foram calculadas em 500 pessoas, localizadas em distintas regiões ao longo do rio Paraguai, São Lourenço e foz do Cuiabá. Parte do grupo passou a viver na periferia de Corumbá.

Surpreendentemente é que, entre o início da segunda metade deste século e meados dos anos 70, os Guató foram oficialmente tidos como extintos pelo governo brasileiro.

Isto foi uma espécie de etnocídio à esferográfica, uma vez que o então SPI (Serviço de Proteção ao Índio), atual FUNAI (Fundação Nacional do Índio), não havia realizado qualquer levantamento demográfico na região para verificar quantas pessoas (ou almas, como alguns

gostam de mencionar) ali viviam, fato este que não estranhamente também ocorreu com outras etnias no Brasil.

O próprio Darcy Ribeiro, em trabalho mais antigo do que o anteriormente citado, afirmou que na década de 50 os Guató já estariam extintos: “Viviam à margem do rio Paraguai, subindo às vezes o Rio São Lourenço, no estado de Mato Grosso. (Extintos)”(Ribeiro, 1957, p.74). A afirmação de Ribeiro (1957) teve por base os dados contidos nos arquivos do SPI, o que não justifica o equívoco em confiar por demais em documentos oficiais e não fazer a devida crítica a eles (OLIVEIRA, 1996).

Apesar disso tudo, em fins dos anos 70 e início da década de 80, graças ao apoio que tiveram inicialmente de missionários salesianos (Ir. Ada Gambarotto e Pe. Osvaldo Scotti), os Guató iniciaram um processo de reorganização do grupo e de reivindicação pela posse da Ilha Ínsua. Este processo levou mais de uma década até que o governo oficialmente reconhecesse a ilha como área indígena Guató.

Um dos maiores impasses para a transformação da área em reserva indígena foi criado pelo Exército Brasileiro que, por possuir um destacamento militar na área (o destacamento de Porto Índio), posicionou-se contrário à reivindicação legítima dos índios; dentre outras alegações apresentadas, a principal foi a de que a ilha situa-se em uma região de fronteira com a Bolívia e que a criação da reserva poderia colocar em risco a soberania nacional.

Posteriormente as partes interessadas (o alto escalão de Exército e os índios Guató) chegaram a um entendimento e grande parte da ilha foi transformada em reserva indígena e uma parte menor continua sendo ocupada pelo Exército.

Atualmente índios e militares ali vivem, sem maiores conflitos, pois, ao que se sabe, os Guató jamais reivindicaram a saída do destacamento militar da ilha; ao contrário, sempre tiveram os militares de Porto Índio como seus aliados (OLIVEIRA & ARAUJO, 1997).

Portanto, a situação dos Guató é um tanto quanto *sui generis* na história das populações indígenas e sul-americanas. Após terem sido declarados extintos, renasceram das cinzas como uma fênix; não contentes, reorganizaram-se e conseguiram o que parecia impossível há 30 anos atrás: retomar para parte do seu território tradicional usurpado pela chamada sociedade nacional.

Hoje em dia os Guató estão passando por um processo de fortalecimento de sua etnicidade e, para aqueles que nasceram ou viveram a maior parte de suas vidas no meio urbano, de resgate da própria identidade social (OLIVEIRA, 1996).

Os Guató são tradicionalmente um povo canoeiro, de distribuição restrita à região do tradicional deste povo sofreu modificações em função do processo de expansão agro-pastoril Pantanal mato-grossense, adaptado às condições de vida locais.

Aqueles que não aceitaram trabalhar como “peões” na fazenda, migraram para o interior do Pantanal e para as cidades de Corumbá (MS) e Cáceres (MT). Este processo gerou de dispersão e inexistência como etnia, com o passar do tempo, gerou um anseio por parte dos Guató de estabelecer uma reserva indígena em que pudessem viver livres do processo de expropriação e aglutinar os seus membros.

Foto 1. Mulher Guató que faz parte do processo de organização de produção artesanal.

O local escolhido por eles foi a Ilha Bela Vista do Norte ou Ilha Ínsua. Embora considerada área indígena no início da década dos anos 80, o processo de demarcação foi finalizado apenas em 1993 (PCBAP, 1997).

A atuação da FUNAI teve início em 1977, ano em que funcionários percorreram parte dos rios Paraguai e São Lourenço, região onde identificaram famílias Guató. Em 1978 foi realizado o primeiro estudo de delimitação quando, então, foram recenseados 125 Guató vivendo na região dos rios Paraguai e São Lourenço, sendo 22 na Ilha Ínsua e 210 na periferia das cidades de Corumbá, Campo Grande e Aquidauna.

Na ocasião, constatou-se 34 falantes na língua Guató. A importância dada à terra pelos indígenas não se remete apenas à posse, não se trata apenas de propriedade. Para eles a terra não representa apenas o lugar onde se mora, mas é um prolongamento das suas vidas. A FUNAI aprovou a delimitação da área em 12.716 ha, correspondentes à Ilha Ínsua, iniciando-se um processo de discussão com o Exército (PCBAP, 1997).

A Ilha possui potencial para implementação de atividades econômicas alternativas que, de acordo com os parâmetros do desenvolvimento sustentável, podem gerar renda e garantir a conservação dos recursos naturais. Entre estas se destacam: aumento da produção agrícola, beneficiamento de algumas espécies cultivadas, ecoturismo, artesanato e especialmente maior implementação da pesca e exploração econômica de palmeiras nativas como a bocaiúva.

Parte do presente estudo de caso baseia-se no Diagnóstico Sócio-Ambiental da área indígena Guató, Ilha Ínsua elaborado pela entidade Ecologia e Ação (ECOA) e Universidade Federal

de Mato Grosso do Sul (UFMS) que gerou dados sobre a etnia Guató, sua região, seus padrões de atividades de desenvolvimento e como as alternativas estão engendradas para garantir a permanência na Ilha, dados preliminares obtidos e o planejamento das próximas etapas.

Os objetivos dos estudos desenvolvidos na área são para se estabelecer parâmetros que norteiem formas alternativas de sustentabilidade para a comunidade Guató, respeitando-se seus valores histórico-culturais, sociais e ambientais.

Existem alguns aspectos culturais fundamentais para caracterizar a relação cultura/natureza entre os Guató:

- eram canoeiros;
- eram predominantemente pescadores e coletores;
- o arroz era uma fonte fundamental para a sua alimentação;
- o jacaré era o alimento preferido e um dos mais importantes na dieta; e
- os Guató construíram aterros para a plantação de roças. Aparentemente, estes aterros foram construídos por povos que antecederam os Guató na ocupação da área, segundo Max Schimidt.

Metraux (1948) que sistematizou os dados de Castelnau e Schimidt, dentre outras fontes, afirmou que os Guató subsistiam com muita facilidade em decorrência da riqueza do ambiente. O arroz selvagem era coletado em imensas quantidades na estação chuvosa, durante as enchentes, o que facilitava o trabalho, quando se aproximavam das margens e dos alagados com suas canoas.

Foto 2. Coleta de arroz "selvagem" nas margens da lagoa Gaíba.

Segundo o autor citado, nunca foram efetivamente agricultores, mesmo depois do contato, limitando-se a plantar nos aterros o necessário para a subsistência.

Foto 3. Roça Guató, próxima da casa, demonstra compartilhamento de culturas.

Não foi um povo caçador, a única prática de caça referida por seus etnógrafos e observadores foi à caça da onça, por razões sócio-cosmológicas.

Entretanto, durante expedições à Ilha para elaboração do Diagnóstico e para as atividades de campo, pôde-se observar abates de capivaras e outras pequenas caças, conforme fotos abaixo, justificados por eles para suprir a demanda protéica da comunidade, que hoje é bem maior, com cerca de 22 famílias.

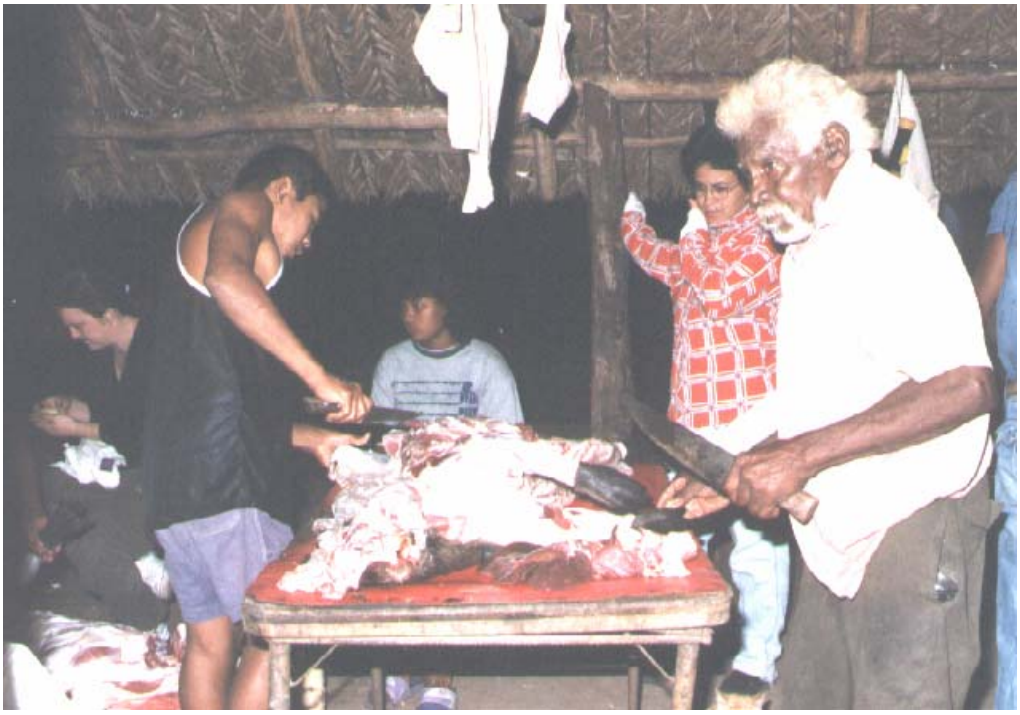

Foto 4. "Carneada" de capivara durante nossa estadia na ilha.

Foto 5. Garoto indígena depois da sua "caçada" traz o animal morto para alimentar uma família de oito pessoas (data – 1998).

Foto 6. Canoa Guató, usada em todo o Pantanal, é conhecida como canoa de um "pau só", geralmente feita de chimbuva (*Enterolobium contortisiliquum*).

A mobilidade Guató era grande, em virtude das variações sazonais. A maior parte de tempo era passada em canoas, cujo uso se disseminou por todo o Pantanal, o que os tornava admiravelmente hábeis no seu manejo. Não por outra razão, lanças de até 2,0 metros eram suas armas principais, manejadas de dentro das canoas.

1.2. Recomendações apresentadas

A situação que se apresenta na Ilha Ínsua contradiz a tendência de perda cultural de comunidades indígenas e tradicionais registradas para os últimos anos, uma vez que se trata de uma comunidade que faz tentativa de retomar a cultura original e resgatar valores e saberes. Essa tentativa acontece num período em que grande parte dos descendentes já tiveram contato com comunidades de culturas diferentes.

Por ser uma ilha fluvial, a Ilha Ìnsua, está sujeita a uma série de fatores ambientais diferentes dos antepassados nômades, e que vai exigir dos moradores um maior controle sobre o uso dos recursos. Enquanto os Guató do passado viviam dispersos pelo pantanal, a comunidade Guató da Ilha Ínsua está buscando se adaptar à vida em aldeia e num sistema mais restrito. Estes aspectos, entretanto, devem ser melhor estudados para que se tenha um melhor entendimento sob o ponto de vista sócio-cultural.

A exploração da flora e fauna nativa da ilha é possível, desde que a capacidade de suporte seja mantida e alternativas sejam possíveis para diversificar a produção. Estudos que demonstrem a relação da exploração dos recursos com a capacidade de suporte devem ser realizados uma vez que a comunidade indígena Guató não tem tradição de uso de áreas restritas para sua subsistência.

A população humana na ilha tem aumentado nos últimos anos e a necessidade de bens de consumo, para subsistência ou não, aumenta em igual proporção. O maior aproveitamento da flora na ilha pela comunidade indígena é dos recursos madeireiros para a construção de casas.

Isso por si só não parece afetar a mata nativa, uma vez que o número de residências ainda é pequeno. Entretanto, deve-se considerar que em ilhas as populações são pequenas e apesar de não se ter observado espécies endêmicas que correriam risco de extinção, é possível que espécies importantes para a subsistência dos moradores sejam ameaçadas.

A agricultura tem se expandido e de acordo com relatos dos moradores, pretende-se aumentá-la ainda mais, gerando um excedente de produção para comercialização. Uma alternativa ao aumento das áreas para roça seria um beneficiamento dos produtos já cultivados, como a banana e a mandioca, aumentando seu valor de mercado. Estes são os únicos produtos de origem vegetal da ilha que geram um excedente e que poderiam ser aproveitados de imediato.

Alguns produtos do extrativismo vegetal, como a bocaiúva, podem ser aproveitados bem como o artesanato com camalote, planta aquática conhecida em outras regiões como aguapé. Uma análise quantitativa que avaliasse a produção poderia indicar a viabilidade dessa alternativa, já que existe mercado em Corumbá para estes produtos.

Como a pesca é uma atividade lucrativa, prazerosa e tradicional acredita-se que deva ser estimulada. Um estudo mais aprofundado pode indicar espécies importantes sob o ponto de vista econômico e formas de beneficiamento do peixe na ilha também podem ser aplicadas, tais como: lingüiça de peixe, peixe defumado, salgado, entre outras técnicas.

Quanto à problemática da pesca, o fato de não terem gelo para acondicionar adequadamente o pescado para vender no comércio de Corumbá foi a fator que determinou a insustentabilidade desta prática. Com a implantação do sistema de energia solar na área e a aquisição de uma máquina de gelo, parte destes problemas seria resolvida.

Outra alternativa econômica diz respeito à produção de artesanatos tradicionais. Na ilha há pessoas que possuem uma grande habilidade na fabricação de artefatos de madeira e cestaria, principalmente, para uso doméstico e de subsistência.

Caso as técnicas empregadas na fabricação desses artesanatos sejam ensinadas para um número maior de pessoas, será possível comercializar o artesanato nas cidades, além de ser uma forma de manutenção de elementos da cultura material tradicional do grupo, fortalecendo dessa forma sua própria identidade social. Em Mato Grosso do Sul esta é uma prática entre os Kadiwéu, Terena e Guarani, que comercializam artesanatos diversos em várias partes do Estado. Há que considerar, entretanto os problemas específicos de comercialização.

Foto 7. Artesanatos produzidos na área através de fomento de capacitação.

2. A ILHA ÍNSUA

2.1. Localização

A Ilha Ínsua localiza-se no município de Corumbá/MS, Pantanal Sul Mato-grossense, fazendo divisa com o estado de Mato Grosso e com a Bolívia. O Território Indígena possui uma superfície de 12.716 ha de área. É circundada a leste pelo Rio Paraguai e a oeste pelo Canal D. Pedro II. Ao norte da Ilha localiza-se a lagoa Uberaba e ao sul a Lagoa Gaíba, ambas ligadas entre si pelo Rio Paraguai e pelo Canal D. Pedro II. A aldeia Uberaba concentra a maioria das casas da comunidade indígenas entre as coordenadas 17°34’09’’ S e 57°42’53’’ W.

Na figura 1 pode-se identificar a localização da ilha em relação ao Rio Paraguai, Lagoa Gaíba e Uberaba. A área I e II, o Território indígena demarcado e a área que se destina ao Comando Militar do Oeste mais ao sul.

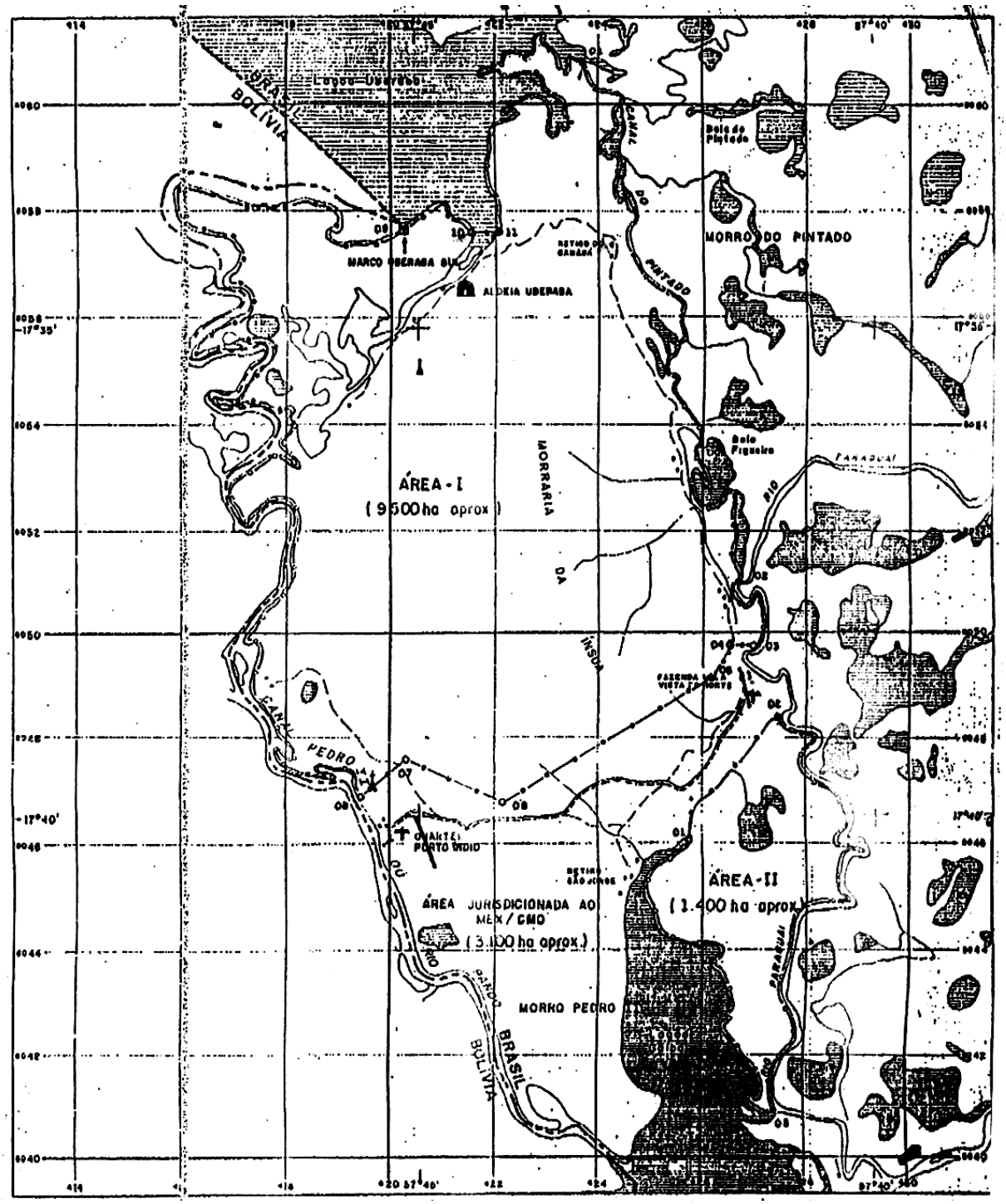

Figura 1. Ilha Ínsua.

A área é coberta por floresta estacional semidecidual ainda bem conservada, com exceção da área onde está a “aldeia” indígena, onde parte da vegetação foi retirada para dar espaço para a construção de casas, roças e um campo de futebol. Através da imagem de satélite pode-se distinguir a ilha circundada pelas águas escuras das Lagoas Uberaba e Gaíba (Figura 2).

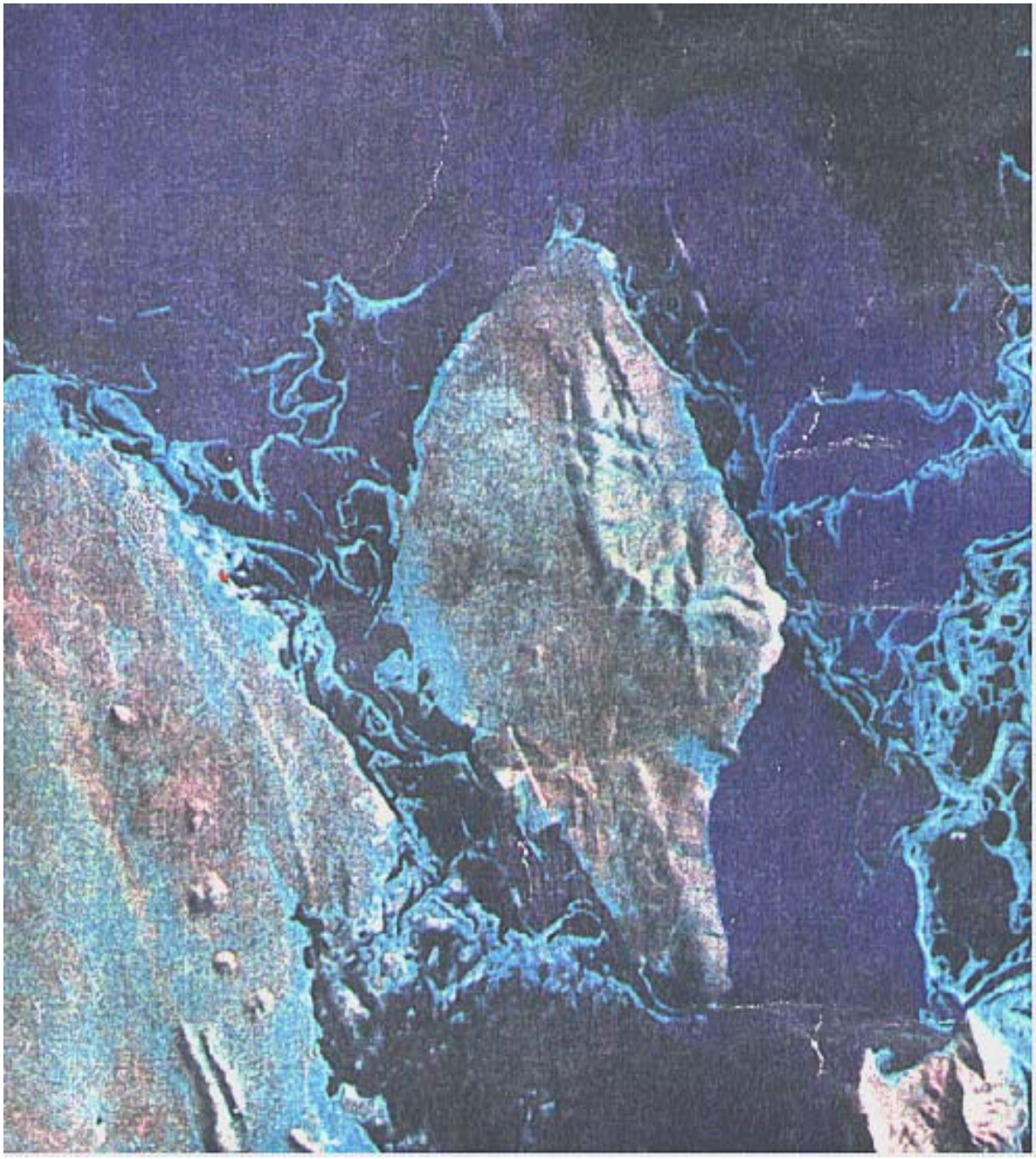

Figura 2. Imagem de satélite com a ilha no centro.

2.2. Características geológicas e geomorfológicas

Ocorrem na área as seguintes formações geológicas:

- do grupo Corumbá, ocorre a Formação Bocaina nas imediações do limite ocidental da Morraria da Ínsua com rochas carbonatadas de composição dolomítica;
- do grupo Jacadigo ocorre a Formação Urucum. Litologia de sedimentos cársticos, predominando racóseos grosseiros conglomeráticos;

- Formação Pantanal – recobrem toda a área de entorno das ilhas, formando principalmente várzeas limpas de gramíneas, inundadas durante as cheias, formando lagoas de imensas superfícies. Sedimentos aluviais dominantemente arenosos, síltico argilosos e argilosos, inconsolidados e semi-consolidados; e

- as coberturas detríticas e lateríticas pleistocênicas, depósitos colúvio-aluvionares distribuídos na periferia da Ilha Ínsua. Litologia de conglomerados e sedimentos areno-siltosos parcial ou totalmete laterizados.

A área da Ilha Ínsua pertence às unidades geomorfológicas definidas como Planalto Residual do Urucum, Amolar e Planície Flúvio-lacustre do Pantanal de Paiaguás. A primeira unidade acima citada abrange a Serra do Amolar e as morrarias da Ínsua, Novos Dourados, de Santa Tereza e do Castelo.

A Morraria da Ínsua posicionada no extremo setentrional do setor delinea uma estrutura circular alçada a mais de 300 m, com interior escalvado. As bordas deste relevo apresentam-se dissecadas em formas aguçadas.

A Planície Flúvio-lacustre do Pantanal de Paiaguás, é constituída de lagoas de várias dimensões e as mais variadas dimensões e as mais expressivas estão localizadas na linha de fronteira de Brasil-Bolívia.

No entorno da Ilha Ínsua estão as lagoas mais expressivas denominadas Gaíba e Uberaba, sendo que estas lagoas podem ser tectônicas.

2.3. Características sócio-econômicas

De acordo com ISQUIERDO e ARAUJO (1997), durante trabalho de caracterização do uso e ocupação do solo na área ocupada pelas famílias na Ilha Ínsua, pode-se discutir a forma como as pessoas estão usando os recursos naturais na Ilha e estabelecer uma linha de comportamento e um certo padrão de ocupação.

Pela disposição das casas percebe-se que as pessoas que ali residem, indígenas ou não, mantêm o padrão de ocupação dos Guató, onde cada família é independente e autônoma uma da outra, apesar de percebermos reciprocidade e colaboração entre todos.

Este padrão, que de acordo com OLIVEIRA (1996) é o padrão da etnia, estabelecerá a capacidade de suporte da Ilha e o padrão de ocupação para que, desse modo, possa no futuro se estabelecer ou se ter uma noção de quantas famílias poderão ali residir.

Para que a avaliação acerca da capacidade de suporte seja estimada ou prevista, necessita-se que estudos mais detalhados sejam realizados num tempo maior, com ferramentas de geoprocessamento e de cartografia temática com imagens anteriores e recentes para se avaliar o que mudou desde a mudança das famílias para a Ilha na década de 90.

Desta forma será possível se estabelecer estimativas de melhor distribuição e de quantas famílias poderiam estar ocupando a Ilha de forma sustentável para toda a comunidade. Como já dito, cada família vive separada das demais e possui sua própria área cultivada, onde se encontram casos de pai e filho, cada qual com sua família, possuindo roças independentes.

Esta é uma das principais características da forma tradicional da organização social dos Guató: a de famílias nucleares autônomas umas em relação às outras (OLIVEIRA, 1996).

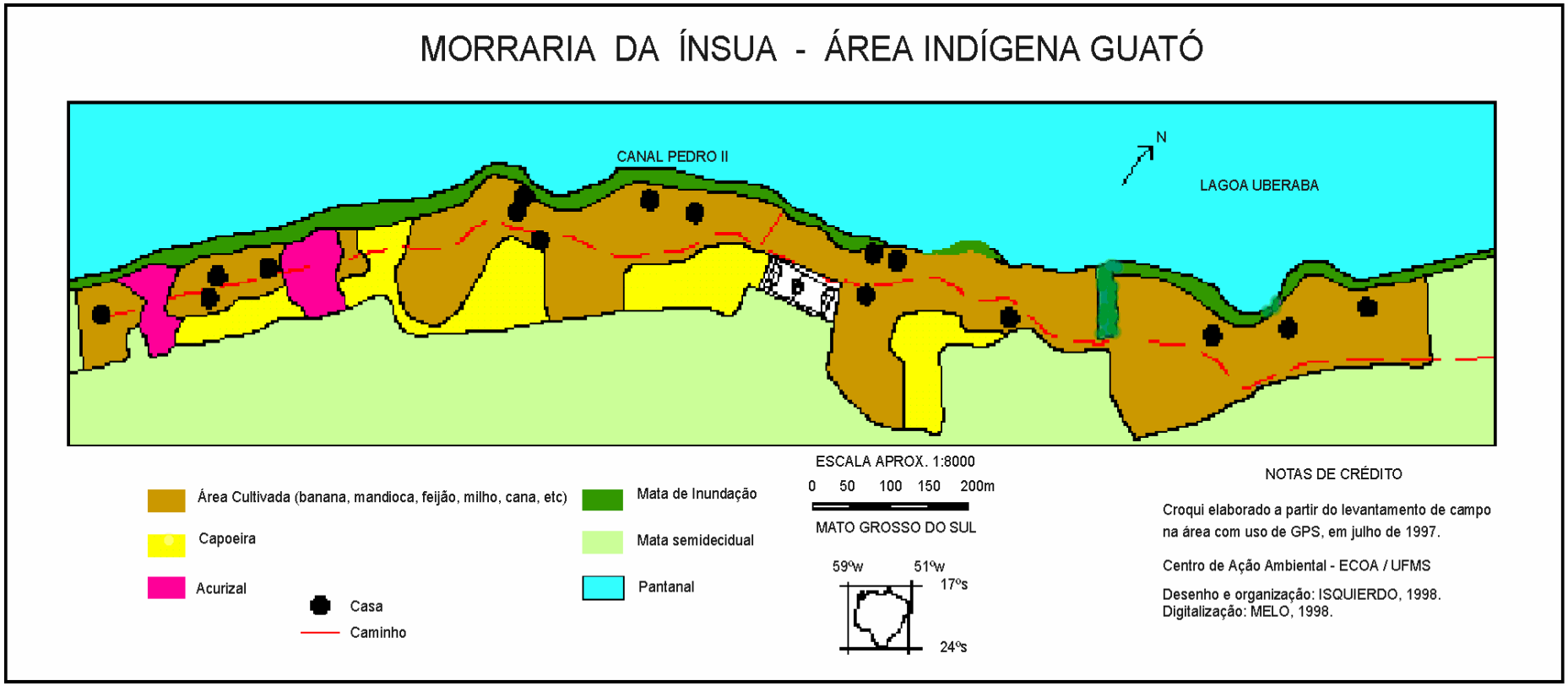

Figura 3. Croqui da disposição das casas da comunidade em 1997.

As famílias subsistem basicamente de pesca (principal fonte de proteína animal), caça (principalmente capivara), e pequenas áreas de cultivo (roças) onde plantas abóboras (Cucurbitáceas), mandioca (*Manihot sp*), cana de açucar (*Saccharum officinarum*), bananas (*Musa sp*), batatas (*Solanum tuberosum*), feijões (Leguminosas), e outras espécies comestíveis e para alimentar pequenas criações de galinha e porco (criações de subsistência).

Foto 8. Embarcação tipo Chalana, o Guató I, utilizado para transporte e pescaria.

Aparentemente as famílias vivem bem, recebem ainda cestas de alimentação de programas do Governo Federal (Segurança Alimentar), desenvolvendo ali economia de subsistência que tem causado poucos impactos negativos sobre o meio ambiente. O maior impacto da comunidade sobre os recursos naturais é sobre a fauna.

Foto 9. Limpeza do pacu ao chegar no "porto".

Outra forma de dificuldade apresentada foi a escassez cada vez maior de peixes nobres para a venda devido ao turismo de pesca e a pressão de pesca nas Lagoas Gaíba e Uberaba pelos pescadores amadores. A espécie mais utilizada na alimentação das famílias é o Pacu (*Piaractus mesopotamicus*).

A criação de gado bovino, caprino, e suíno, (de maneira extensiva) na ilha ainda é pequena e, a primeira vista, parece não estar causando prejuízos.

2.4. Impacto do eco-etnoturismo para a comunidade Guató

Do ponto de vista da arqueologia, é possível realizar um levantamento de sítios arqueológicos existentes na área para valorizar aspectos históricos e estudos etnoarqueológicos da cultura material Guató, suas habitações e outras questões que possuam interesse para o conhecimento da sua adaptabilidade ecológica aos ecossistemas pantaneiros.

No que se refere à língua Guató, é urgente iniciar um Programa de fomento ao uso da língua, que seja disseminada às crianças através da escola, pois os anciãos que detém a informação do idioma estão já bastante idosos e poucos (cerca de oito). Exceto pelos estudos de PALÁCIO (1884) e iniciativas da ECOA (1997-98), nenhuma outra iniciativa foi tomada para o resgate da língua.

O uso da língua, além de valorizar o grupo como uma etnia indígena, é um grande atrativo para o Turismo Cultural, tanto nas comemorações da comunidade quanto na integração com outros povos do mesmo tronco lingüístico.

No que se refere a sustentabilidade da comunidade, existe a necessidade de aumentar a produção, beneficiar algumas espécies florísticas domesticadas como as bananas, algumas palmeiras nativas da região e aumentar a diversidade de oferta de produtos.

A reserva apresenta-se como uma área de grande biodiversidade, constituindo um potencial para a atividade de ecoturismo. A área ainda apresenta um grande potencial arqueológico que também pode favorecer a atividade do turismo, como, aliás, já ocorre no Nordeste do Brasil.

A comunidade indígena Guató residente na Ilha Ínsua ainda está em processo de se (re)identificar como sociedade indígena, por isso é necessário considerar essa dimensão sob o risco de afetar negativamente a construção da identidade cultural Guató.

As atividades devem vir preferencialmente ao encontro das expectativas da comunidade ou sugeridas por pessoas que tenham estudos aprofundados da comunidade sobre o ponto de vista cultural, ambiental e sócio-econômico e que respeitem a diversidade cultural existente.

De fato, tudo deve ser planejado a partir do ponto de vista dos mais atores diretamente integrados ao processo - os próprios Guató - pois, sem a efetiva participação da comunidade, quaisquer projetos ou atividades não terão produtos positivos e sequer alcançarão os resultados almejados.

Para tanto, os instrumentos de gestão e o controle das atividades devem ser feitos pela própria comunidade, com suporte técnico de profissionais especialistas em técnicas de manejo ou outras alternativas.

O Desenvolvimento Sustentável permitiu que “ambientalistas”, “desenvolvimentistas” e agora “indigenistas”, estabelecessem um consenso mínimo para o diálogo. Porém, os atores sociais

dificilmente estão dispostos a abrir mão de suas convicções e posições, empregando, em decorrência, conteúdos diferentes para um mesmo termo.

Foto 10. Família do Sr. Zequinha, morador não indígena casado há 30 anos com mulher índia, D.Zulmira, tecelã e nossa instrutora.

Nesse sentido, é preciso inserir outros critérios, que primem pelo conhecimento construído pela comunidade, para se estabelecer uma análise sobre o que venha a ser sustentável em experiências concretas, como aquelas previstas neste trabalho.

3. DIRETRIZES PARA O PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS (PAE) PARA O TERRITÓRIO INDÍGENA GUATÓ

3.1. Principais diretrizes

Como resposta afirmativa à possibilidade "intrínseca" de realizar o desenvolvimento nos moldes do capitalismo, incorporando o tema ambiental sem, no entanto, modificar o *status quo* prevalecente e ferir o direito de as gerações futuras desenvolverem-se, cabe incorporar as questões da Etnoarqueologia[1]e cultura da etnia para que desta forma, possamos internalizar na administração e gestão de futuros projetos em territórios indígenas sendo a experiência replicada em ações efetivas de estratégias de desenvolvimento, detectados e fortalecidos pelas comunidades indígenas.

Quanto a sustentabilidade cultural, essa também é considerada na elaboração e ou na implantação das experiências descritas, pois buscam realizar o desenvolvimento respeitando-se as especificidades de cada ecossistema e de cada cultura. Os Guató, cuja experiência consiste em ampliar o leque de opção econômica sem, no entanto desajustar a cultura dos Guató, que é um povo canoeiro e conhecedor dos ambientes do Pantanal. A efetivação da

[1] Etnoarqueologia pode ser entendida a *grosso modo* como Arqueologia de populações vivas.

pesca como uma alternativa insere-se nessa dimensão; o mesmo se aplica para o extrativismo da bocaiúva, o artesanato de madeira e a tecelagem.

3.2. Influência do Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai na Comunidade Indígena Guató

Uma questão que foi possível constatar diz respeito ao fortalecimento da etnicidade e, em alguns casos, do resgate da própria identidade social já um tanto quanto "esquecida" para aqueles que viveram muito tempo no meio urbano das cidades da região, especialmente em Corumbá.

Atualmente, o retorno da muitas famílias para seu território tradicional têm sido de extrema importância para a sobrevivência dos Guató enquanto etnia. Se até meados dos anos 70, quando o governo brasileiro os considerou extintos, sem ter por base algum dado oriundo de pesquisas de campo (um tipo de etnocídio à esferográfica), atualmente os Guató estão mais vivos do que antes. Seu caso é *sui generis* na história das populações indígenas sul-americanas.

Após terem sido declarados extintos, renasceram das cinzas oficiais quase como uma fênix da mitologia grega. Não contentes, reorganizaram-se e conseguiram algo que parecia ser impossível há 30 anos atrás, o retorno para parte de seu território tradicional que havia sido usurpado.

Apesar disso tudo, é comum entre a população não-indígena a veiculação da idéia de que os atuais Guató não são "índios de verdade".

Pensam que para ser índio é preciso viver como se vivia em tempos pré-coloniais. Essa é uma visão equivocada sobre populações que estão há aproximadamente 500 anos resistindo às intempéries de todo tipo das chamadas sociedades nacionais e seus antecessores ibéricos.

Assim como não vivemos como viviam nossos avós - haja vista que a cultura é algo dinâmico, não estático e transformador -, os Guató atualmente não vivem como viviam antes dos espanhóis e portugueses conquistarem parte de seu território tradicional. Mesmo se isso não tivesse acontecido, sua cultura teria se transformando ao longo dos últimos cinco séculos. Nesta linha de raciocínio, é oportuno ressaltar que ser índio, muito mais que uma questão meramente biológica, é uma questão cultural.

Este resgate e fomento a etnicidade vêm sendo fortalecidos desde 1996 quando o cacique Severo Guató passou a fazer parte do Comitê Inter-tribal de Memória e Ciência Indígena – ITC representando o povo Guató. Esta organização indígena fez parte da Coalizão Rios Vivos, que é uma articulação de entidades ambientalistas, de movimentos sociais e lideranças indígenas em defesa do Rio Paraguai.

O fortalecimento das lideranças indígenas também implica na valorização da história e cultura indígena que, em termos de sustentabilidade, trata do resgate de práticas pretéritas de subsistência, seja nas práticas de sistemas agroflorestais seja na manufatura de artesanato de algodão, madeira e palha de camalote, este último uma característica marcante da etnia, como já dito.

3.3. Recomendações do Povo Indígena para o Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai

No que se refere à língua Guató, uma das tarefas urgentes seria a de iniciar um projeto em longo prazo que tenha por objetivo o resgate, fomento e difusão da língua Guató, que pode ser ensinada às demais pessoas que não a dominam, principalmente às crianças.

Por tudo o quanto foi dito, as perspectivas são de grande estímulo e desafio. Há pouco tempo atrás somente dois pesquisadores haviam tido interesse por realizar estudos junto aos Guató. Hoje em dia, graças a uma série de iniciativas de ong's e da própria organização das lideranças indígenas, existe um número maior, com possibilidade de crescimento qualitativo de pesquisas e ações de implementação de projetos.

Os estudos já concluídos e aqueles que poderão o ser num futuro não muito distante são de grande importância, pois podem subsidiar a implementação de projetos de pesquisa e políticas de apoio à população Guató, tais como: desenvolvimento de atividades econômicas alternativas e sustentáveis, educação bilingue, resgate da cultura tradicional, etc.

4. CALENDÁRIO ECOLÓGICO-CULTURAL

Divulgar os componentes ambientais da Ilha Ínsua, suas riquezas cênicas e sua biodiversidade, contribui para sua preservação, pois o conhecimento desses valores estimulará a Educação Ambiental, novas pesquisas e medidas conservacionistas.

Do mesmo modo, a divulgação de elementos constitutivos da cultura Guató e sua integração àquele ambiente poderão contribuir para isso, aumentando, inclusive, o respeito próprio e a auto-estima daquela comunidade.

Pesquisas que venham a ser desenvolvidas, aplicadas às suas necessidades, poderão estimular a busca de novas soluções metodológicas quanto ao uso dos recursos naturais pelos índios.

Todas essas perspectivas só se realizarão com o desenvolvimento de um trabalho coletivo, tendo a equipe de pesquisadores dessa expedição à frente.

O acervo fotográfico será apenas um dos instrumentos utilizáveis, tanto para produzir material didático para as crianças da escola indígena quanto para visitantes ou outros que querem conhecer a região.

A ECOA, durante realização do Diagnóstico Socio-ambiental da Área Indígena Guató em 1997-98, produziu um acervo fotográfico que obteve aproximadamente 720 slides 35 mm e 330 fotos em papel tamanho 10x15. Todas as fotos em papel foram entregues ao Centro Ambiental.

Do acervo fotográfico em slide, 564 das fotos foram entregues ao seu Centro Ambiental, sendo que, dessas, quase 300 foram repassadas ao botânico da equipe, prof. Geraldo Damasceno, para identificação das espécies vegetais.

O restante dos slides está arquivado no Laboratório de Prática de Ensino de Biologia (prof. Paulo R. Souza/UFMS), como benefício do convênio existente entre ECOA e UFMS. Tanto as fotografias em poder do botânico quanto em poder da UFMS estão disponíveis para o Centro Ambiental, ECOA e FUNAI sendo seu uso restrito para pesquisa.

A produção do Calendário deverá incorporar alguns temas, entre estes merece destaque:

- Percurso rio Paraguai: cidade de Corumbá e morraria do Urucum; rio Paraguai; vegetação ribeirinha; ipê-roxo e cambará floridos; fazendas; barco-hotel; barco-prostíbulo; morrarias de Amolar; campos rupestres (sobre morraria de amolar); vegetação xerófita sobre morros (semelhante ao Chaco); casebres beira-rio; foz do rio Cuiabá; agrupamento de vitória-régia; aves e árvores-dormitório; morro do Caracará; canal do Imperador; etc;

- Baía Gaíva: panorâmicas; marco Brasil-Bolívia; vegetação de entorno; paredões rochosos; morrarias; etc;

- Ilha Ínsua: panorâmicas lado sul, norte e oeste; vegetação da borda;

- Reserva de Caça Indígena: índios pescando e limpando os peixes; exterior e interior do barco; panorâmicas; árvores floridas; etc;

- Baía Uberaba: série completa da saída para a pesca (barco puxando canoas, manobras, etc.); panorâmicas do norte, sul (Ínsua em primeiro plano), lado Boliviano, etc; banco de camalotes; ilhas; etc;

- Interior da Ilha, componentes naturais: vários tipos de vegetação; várias espécies de árvores; trilhas; detalhes de flores e frutos de várias espécies; panorâmicas das bordas norte e oeste; alguns insetos (grilos, borboletas vespas e abelhas); alguns anfíbios; algumas aranhas; etc. Devido às condições, poucas aves foram fotografadas;

- Comunidade indígena e suas atividades: índios pescando; fabricando gamelas; desossando uma capivara recém abatida; conduzindo canoa na lagoa; jogando futebol; adultos conversando ou comendo; crianças conversando; índia amamentando; velhos sendo entrevistados; plantações de fumo, cana, mandioca, etc; limpando pacu (um peixe); coleta de frutos silvestres (fotografados no interior de uma canoa); criação de cabras e vacas; outras. (Para essas fotos, de cunho mais jornalístico, foram empregados preferencialmente filmes para fotos em papel.);

- Artefatos indígenas: remos Guató (geral e detalhes); canoas Guató (geral, detalhes e em uso); pote cerâmico (geral e detalhes); jiraus e canoas suspensas (quebradas) para o cultivo de hortaliças; brinquedos fabricados pelas crianças; detalhes e panorâmicas de casas de pau-a-pique; detalhes de utensílios domésticos; etc; e

- Atividades de pesquisa: pesquisadores trabalhando na coleta e prensagem de material botânico; pesquisadores entrevistando índios; caminhando nas trilhas e visitando as famílias; conversando entre si; etc.

5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS RELACIONADAS AO ECO-ETNOTURISMO

5.1. Elaboração do Programa de resgate cultural da língua mãe

Para a realização do resgate cultural da língua mãe da comunidade foi realizado um cadastro/atualização do censo da comunidade Guató e gravações da língua da etnia. O censo (Anexo I) foi realizado parcialmente embora foram coletamos os dados de praticamente todos os moradores da Ilha Ínsua.

Foram realizadas entrevistas gravadas em K7, todas estão degravadas, mas neste relatório apresentamos somente uma entrevista que achamos de maior relevância. (Anexo II), a titulo de ilustração.

As entrevistas foram realizadas com apoio de voluntários com orientação da Professora Rosângela Aparecida Ferreira Lima.

Foto 11. Prof Dr Rosângela e Sr. Veridiano.

5.2. Capacitação para o artesanato Guató

A proposta de capacitação em artesanato surgiu do Diagnóstico Socioambiental onde se identificaram formas de expressão cultural no formato de tecelagem, artefatos de madeira, uso de palha de camalote e um alto potencial para atividades de turismo.

Juntamente com recursos do Subprojeto 4.3 e FAT realizaram-se seguintes atividades:

- Oficina de Tecelagem – sendo instrutora Dona Leopoldina (Tuca), Índia Guató detentora da técnica tradicional a mais de 50 anos e moradora na Ilha. Na oficina as alunas aprenderam limpar o algodão e a prepara-lo para fiar. O fiar é um processo que requer treino constante, pois é delicado transformar o algodão em fios.

- Oficina de trançado em camalote – sendo instrutora a Dona Josefina, índia Guató que há 67 anos aprendeu a trabalhar com a fibra do camalote. As alunas aprenderam a preparar o camalote e a desenvolver a técnica do traçado em camalote. As tranças são costuradas com linhas enceradas com cera de abelha, a partir desse processo foram surgindo tapetes, cestos, bolsas, porta panela entre outras peças.

- Oficina de artesanato em madeira – sendo instrutor o Senhor Luis Bernardino, marceneiro da cidade de Campo Grande. O curso possibilitou o aprendizado com algumas ferramentas que irão facilitar e melhorar o acabamento das peças já produzidas pelos índios Guatós. O instrutor Luis Bernardino orientou os indígenas quanto aos

cuidados necessário para a conservação das ferramentas e ampliou as possibilidades de artesanato em madeira, como por exemplo a utilização do bambu na produção de colheres e outras peças.

Foto 12. Oficina de Tecelagem em Algodão.

Foto 13. Resultado da Oficina de Tecelagem em Algodão.

Foto 14. Camalote exposto ao sol para desidratar e logo após ser trançado.

Foto 15. Dona Josefina ensinando o trançado em camalote.

Foto 16. Curso de artesanato com madeira.

Foto 17. Resultado da oficina de artesanato em madeira.

Durante as oficinas um membro da comunidade perguntou se seria possível fazer uma cartilha em Guató ao invés de um curso para se "falar" o idioma com eles. Cremos que será viável, mas como não está previsto nesta fase, acrescentaremos nas recomendações.

5.3. Capacitação organizacional, formação comunitária e implantação de um sistema alternativo de irrigação de roças (culturas de subsistência com práticas tradicionais e agroflorestais) e mutirão para a construção da Oficina Comunitária Guató.

Durante o desenvolvimento das atividades do Diagnóstico Socioambiental, foram elencadas prioridades que a comunidade teria com relação a práticas que garantissem maior produtividade e que diminuíssem as perdas das roças. Destes, destacou-se a manutenção dos sistemas de irrigação, curso de formação de agentes ambientais, e mutirão para construção da oficina.

O processo de capacitação organizacional, formação comunitária, o sistema alternativo de irrigação das roças e o mutirão para a construção da Oficina Comunitária Guató, realizou-se durante a execução dos cursos de capacitação descritos acima para otimizar os recursos já que a Ilha é de difícil acesso.

Como parte integrante da Bacia do Alto Paraguai e ter uma inserção em outros projetos na região, a comunidade Guató recebe noções de formação comunitária e identificação de novas lideranças indígenas dentro de um programa baseado na sua participação mesmo que isto não esteja previsto, pois o maior problema destas comunidades isoladas, não somente os Guató, é que estão à margem das tomadas de decisão e restritos ao seu mundo onde existe já um certo equilíbrio de forças desleal.

A proposta de formação comunitária seria despertar novas lideranças dentro da comunidade dando-lhes o espaço necessário para este debate, este espaço será a Oficina Comunitária que

deverá ser construída por todos através exatamente de um mutirão para que todos tenham compromisso que este espaço será de todos, para agregar idéias e iniciativas que se revertam para o bem estar de todos.

Além dos produtos pré-estabelecidos, reservamos tempo e recursos para viabilizar reuniões que contribuirão para o Plano de Ações Estratégicas, conforme acordado durante este período do mutirão, pois este é o espaço que todos poderão opinar e colocar suas próprias demandas.

Este trabalho na comunidade é inédito e repercutiu muito nas famílias, pois eles não têm esse espaço de construção coletiva na comunidade hoje.

Foto 18. Escola e "alunos" da comunidade.

6. CONCLUSÕES E IMPACTOS

6.1. Resultados relevantes

6.1.1. Nível de entendimento e integração da comunidade com o projeto

Para comunidades que tem pouca ou nenhuma oportunidade de discutir ou planejar seu modo de vida, neste período em que estamos executando o projeto, desde o início em 1996 até esta fase, aconteceu um progresso significativo do ponto de vista social.

Do ponto de vista social registramos uma organização maior do grupo, sua representação em outros espaços foi ampliada, seja em jogos indígenas ou em Encontros Regionais para debater a situação indígena ou desenvolvimento regional.

Do ponto de vista econômico, na questão de economia de subsistência o impacto foi insignificante porque ainda não conseguimos implemantar a fase do projeto que realmente irá interferir no sistema produtivo. Claro que algumas ferramentas estão sendo utilizadas para pequena produção de artefatos, mas mesmo isso, é insignificante para a comunidade como um

todo. Também sobre a tecelagem, por não deixarmos um estoque de matéria-prima e eles terem perdido a lavoura de algodão, não se replicou a produção de novas peças.

6.1.2. Grau de satisfação desta comunidade com o PAE

Apesar de todas as controvérsias do projeto durante sua execução, incluindo-se troca de Coordenação, o grau de satisfação da comunidade com o Subprojeto 4.3 e o PAE ainda se mantém estável. Para medir melhor este indicador seria necessário que tivéssemos parâmetros mais concretos para se estabelecer o quanto têm variado esta satisfação.

6.2. Principais impactos

Dentro da estratégia de otimizar recursos e discutir paralelamente o conteúdo do curso com outras formas de participação da comunidade, seu modo de vida e as condições de saúde que inicialmente não previmos ações para isto, inserimos conteúdos que executamos da seguinte forma:

- **Tema LIXO**
  - Durante estada da equipe na Ilha, podemos observar certo "desleixo" sobre a disposição do lixo nas circunvizinhanças das casas. Então, decidiu-se que um dos temas a ser trabalhado paralelamente seria como resolver o problema do lixo para que isto não venha a ser um problema de saúde para a comunidade. Realizaram-se mutirões de limpeza para ou eliminar lixo próximo das casas, enterrando ou queimando (pouca produção justifica esta técnica). Fizemos durante as palestras demonstrações de como o lixo pode causar problemas para o morador e quais as doenças relacionadas com a presença de lixo.
- **Tema SAÚDE**
  - Também, da mesma forma que anteriormente explicado, realizamos uma Oficina de Plantas medicinais e seu uso na Ilha.
  - Muitas plantas foram trazidas e a dinâmica deixou que cada um falasse sobre o uso de cada planta, como cada um usa as plantas para cura foi registrado, principalmente entre eles pis percebeu-se que muitas mães jovens não utilizavam mais as plantas para problemas simples das crianças.
  - Percebeu-se também que o conhecimento também se concentra entre os mais idosos e que, crianças que tem maior contato com avós (avós ou avôs) muitas vezes conhecem mais que as próprias mães. É hábito também nesta cultura as crianças mais velhas cuidar das mais jovens.
  - Ainda com relação à saúde, fizemos uma oficina somente para discutir saúde da mulher onde só mulheres compareceram e percebemos muita preocupação sobre uso de anticonpectivos por parte das jovens e identificamos mulheres que nunca fizeram nenhum tipo de exame ginecológico na faixa dos 40 anos.

Foto 19. Oficina de plantas medicinais.

Foto 20. Oficina de saúde da mulher.

7. RECOMENDAÇÕES

7.1. AÇÃO 1: Calendário ecológico-cultural

Considerando que novas expedições serão organizadas para o local, em continuação às pesquisas iniciadas, é interessante que seja feito o registro fotográfico de todas as atividades programadas.

Com a perspectiva de que as atividades e produtos anteriormente citados venham a ser gerados a médio ou longo prazo, deve-se implantar um banco de imagens sobre a ilha (arquivando-se as imagens por tema, assunto, palavras-chave e outras categorias de classificação para rápida emissão de relatório via computador).

Ao acervo existente devem ser incorporadas fotografias que, pela limitação de tempo e devido aos fatores relacionados a sazonalidade, não foram feitas ou o foram em quantidade suficiente.

- **Justificativa**

Inicialmente, o Subprojeto 4.3 havia em seu orçamento cerca de U$ 2.400 para elaborar, editar e produzir 2.500 exemplares deste calendário, entretanto, após todo período de reestruturação do projeto, aconteceram cortes e priorização de outras atividades colocadas em função da demanda da comunidade e dos financiadores em função da operacionalização dos recursos, a execução do calendário fica colocada aqui como importante mas no momento, o Subprojeto não poderá executar.

Entretanto, com o acervo fotográfico disponível na ECOA, podem surgir algumas atividades ou produtos que podem ser desenvolvidos utilizando-se do acervo fotográfico, tais como:

- ilustração de artigos técnicos e de divulgação científica (mídia nacional);
- ilustração de livro multidisciplinar sobre a ilha (História Natural) e Comunidade Guató;
- livro fotográfico e cartões postais;
- exposição fotográfica;
- home-page; e
- CD-ROM.

- **Objetivos principais**
  - Elaboração do calendário com resgate das fotos do acervo e composição do material.
- **Linhas metodológicas básicas**
  - Além de utilizar o acervo fotográfico disponível é preciso ainda prever 04 (quatro) expedições em quatro fases distintas para ter uma amostra mais representativa e atualizada para elaborar o calendário.
- **Produto:** 5.000 calendários.
- **Estimativa de prazo de execução:** 14 meses.

- **Estimativa de custos envolvidos com o projeto:** US$ 7,000.
- **Gestão Institucional:** ECOA/UFMS.

7.2. AÇÃO 2: Programa de oportunidade ao primeiro emprego e geração de renda

Pela proximidade do território indígena com a área do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, pode-se ter aqui uma oportunidade aos jovens da ilha, que hoje não tem perspectivas de outra geração de renda senão trabalhar na ilha com pequenos cultivos.

É possível se criar duas formas de envolvimento dos jovens com a gestão do Parque tais como Corpo de Birgadistas e Monitores Ambientais para conduzir visitantes no parque. O PARNA está em processo de construção de seu plano de manejo e a presença dos jovens indígenas também pode ser considerado atrativo.

- **Justificativa**

Os jovens da Ilha estão num processo de expansão populacional, e se, na terra onde estão morando não oferecer condições de subsistência e geração de postos de trabalho para geração de renda, o êxodo será um processo que ocorrerá indubitavelmente. Um projeto que ofereça condições de ampliar formas de se produzir e trabalhar no local onde se mora propicia, além de melhora de auto-estima, fixação do homem na terra.

- **Objetivos principais**
  - Melhorar condições de acesso à oportunidade de trabalho para os jovens da T.I. Guató.
- **Linhas metodológicas básicas**
  - **Brigadistas** - para compor a Brigada de Combate aos Incêndios Florestais, um corpo de jovens treinados para atuar em situações de emergência na Ilha e no Parque e, com a possibilidade de alguns deles serem contratados para trabalhar no Parque. Um curso de treinamento de combate pode ser realizado com a parceria entre IBAMA/Prev-Fogo, IMAP/SEMA, Corpo de Bombeiros e Prefeitura de Corumbá. Os custos com os equipamentos são baixos, podendo-se adquirir equipamentos para a Brigada e para o Parque, sendo estes compartilhados em situações de emergência. O maior problema na Ilha hoje para se combater incêndios é o relevo irregular e falta de uma caixa d'água para armazenamento de água de grande quantidade; e
  - **Monitores ambientais** – com o processo de elaboração de Plano de Manejo do Parque e a construção do Programa de Uso Público para possibilitar a visitação ao Parque, é possível treinar jovens indígenas que conheçam bem a área do Parque para conduzirem visitantes no Parque e, se possível, comercializar produtos artesanais produzidos na Ilha em um lugar adaptado para isso na área do Parque. O curso deve ter ainda orçamento para equipamentos e uniformes inclusos.
- **Produtos**
  - Corpo de Brigadistas Indígenas.
  - Monitores Ambientais indígenas.

- **Estimativa de prazo de execução:** 24 meses.
- **Estimativa de custos envolvidos com o projeto:** US$ 9,000.
- **Gestão institucional:** ECOA.

7.3. AÇÃO 3: Programa de desenvolvimento da agricultura familiar

De acordo com consenso entre comunidade e pesquisadores, é necessário suprir muito bem a demanda por produção de alimentos para subsistência e proteína para as pessoas da ilha.

Programas de agricultura familiar podem e devem ser incentivados tanto por instituições governamentais como o IDATERRA como por projetos a serem executados por ong's.

Para que isso seja possível, precisamos emergencialmente suprir demandas básicas da comunidade tais como desde caixas d'água até implantação de um sistema alternativo de irrigação.

- **Justificativa**

O problema deste componente não se limita a suprir uma demanda de produção, mas também melhorar condições sanitárias da água consumida pela comunidade e melhorar a qualidade devida das mulheres no trato das atividades domésticas.

- **Objetivos principais**
  - Minimizar problemas de produção na época da seca e implementação de programas de saneamento básico.
- **Linhas metodológicas básicas**
  - **Caixa d'água** – não existe sistema de armazenamento nas casas e nem próximo à lagoa Gaíba, de onde os indígenas coletam água para tudo e ainda se banham. É necessário um projeto que possibilite a instalação de caixas d'água nas casas pelo menos para que esta sirva para alimentação, higiene e facilitar fornecimento de água nas roças; e
  - **Sistema de irrigação** (construção alternativa) – apesar de ser uma ilha, existe um problema muito sério na época da seca, não existem fontes de água na ilha e é muito difícil manter as roças por não ter como irrigar as plantações. Projetos similares já foram concebidos pela ECOA em outra aldeia indígena com orçamento modesto, que se necessitar de reparos futuros, a própria comunidade pode realizar manutenção.
- **Produtos**
  - Instalação de caixas d'água na casas; e
  - Sistema de irrigação alternativo.
- **Estimativa de prazo de execução:** 8 meses.
- **Estimativa de custos envolvidos com o projeto:** US$ 5,000.
- **Gestão institucional: ECOA**

7.4. AÇÃO 4: Programa de produção de energia para a comunidade

Uma das grandes demandas da comunidade é produção de energia para supri necessidades básicas, no entanto, durante o projeto pesquisou-se sobre como viabilizar mecanismos para tal, mas todas as informações não foram satisfatórias.

Existiu uma possibilidade de se instalar placas solares na ilha que foram doadas pelo Ministério de Minas e Energia, através do Programa de Desenvolvimento dos Estados e Municípios – Prodeem, mas também tivemos problemas em executar esta atividade por falta de recursos para pagar o deslocamento das placas para a ilha, então abortamos a ação.

- **Justificativa**

Para se ter uma dimensão real da necessidade da comunidade é necessário conhecer a matriz energética da comunidade para se dimensionar como produzir e de que forma irá ser gerada e sustentada a geração de energia na ilha. Para se fazer isso se deve contratar um Projeto de Produção Alternativas de Geração de Energia que pode ser contratado por cerca de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

- **Objetivos principais**
  - Implantação de energia para se ter serviços mínimos para oferecer à comunidade.
- **Linhas metodológicas básicas**
  - Contratação do projeto de energização comunitária com consultor especializado.
  - Implantação dos sistemas previstos no projeto.
- **Produtos**
  - Projeto de geração energética.
  - Sistema de produção de energia mínimo para comunidade.
- **Estimativa de prazo de execução:** 18 meses.
- **Estimativa de custos envolvidos com o projeto:** US$ 20,000.
- **Gestão institucional:** ECOA.

7.5. AÇÃO 5: Programa de resgate e valorização da língua Guató

Foi sugerido pela própria comunidade que, em função da fragilidade da situação da língua se crie uma cartilha que sistematize os principais verbos e principais substantivos conforme os estudos de PALÁCIO (1994) já realizados com bastante sucesso. Este programa deve estar atrelado a um programa de educação que capacite adultos na língua para que estes usem a língua com as crianças para que o idioma não se perca.

- **Justificativa**
  - Valorizar a língua como traço da etnia que não deve ser perdido.

- **Objetivos principais**
  - Produção da cartilha na língua Guató.
- **Linhas metodológicas básicas**
  - contratação de consultor especializado para elaborar o projeto; e
  - contratação de empresa para reprodução da cartilha.
- **Produtos**
  - Projeto e boneco da cartilha; e
  - 400 cartilhas Guató.
- **Estimativa de prazo de execução:** 18 meses.
- **Estimativa de custos envolvidos com o projeto:** US$ 10,000.
- **Gestão institucional:** ECOA/UFMS.

Quadro 1. Ações recomendadas.

AÇÃO	PRAZO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO (US$)
1. Calendário ecológico-cultural	14 meses	7,000
2. Programa de oportunidade ao primeiro emprego e geração de renda	24 meses	9,000
3. Programa de desenvolvimento da agricultura familiar	8 meses	5,000
4. Programa de produção de energia para a comunidade	18 meses	20,000
5. Programa de resgate e valorização da língua Guató	18 meses	10,000
TOTAL		**51,000**

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS COSTUMES INDÍGENAS GUATÓ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

1. ANTECEDENTES NO PCBAP 4
1.1. Informação disponível 4
1.2. Recomendações apresentadas 9

2. A ILHA ÍNSUA 11
2.1. Localização 11
2.2. Características geológicas e geomorfológicas 13
2.3. Características sócio-econômicas 13
2.4. Impacto do eco-etnoturismo para a comunidade Guató 16

3. DIRETRIZES PARA O PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS (PAE) PARA O TERRITÓRIO INDÍGENA GUATÓ 18
3.1. Principais diretrizes 18
3.2. Influência do Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai na Comunidade Indígena Guató 18
3.3. Recomendações do Povo Indígena para o Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai 19

4. CALENDÁRIO ECOLÓGICO-CULTURAL 19
4.1. Etapas de criação 19
4.2. Ecoturismo e etnoturismo na região 21

5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS RELACIONADAS AO ECO-ETNOTURISMO 21
5.1. Elaboração do Programa de resgate cultural da língua mãe 21
5.2. Capacitação para o artesanato Guató 22
5.3. Capacitação organizacional, formação comunitária e implantação de um sistema alternativo de irrigação de roças (culturas de subsistência com práticas tradicionais e agroflorestais) e mutirão para a construção da Oficina Comunitária Guató 25

6. CONCLUSÕES E IMPACTOS 26
6.1. Resultados relevantes 26
6.1.1. Nível de entendimento e integração da comunidade com o projeto 26
6.1.2. Grau de satisfação desta comunidade com o PAE 26
6.2. Principais impactos 27

7. RECOMENDAÇÕES 29
7.1. AÇÃO 1: Calendário ecológico-cultural 29
7.2. AÇÃO 2: Programa de oportunidade ao primeiro emprego e geração de renda 30
7.3. AÇÃO 3: Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar 31
7.4. AÇÃO 4: Programa de produção de energia para a comunidade 32
7.5. AÇÃO 5: Programa de resgate e valorização da língua Guató 32

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 34
8.1. Referências específicas 34
8.2. Referências gerais 35

9. ATORES 36
9.1. Entidades governamentais e não-governamentais 36
9.2. Pessoal participante 36
9.3. Equipe do Subprojeto 36

ANEXOS
1. CENSO DA COMUNIDADE
2. ENTREVISTA DEGRAVADA
3. LISTAS DE PRESENÇA/MEMÓRIAS DAS REUNIÕES E CURSOS

LISTA DE FIGURAS

1. Ilha Ínsua 11
2. Imagem de satélite da área da Ilha Ínsua com a ilha no centro da imagem 12
3. Croqui de localização das casas na comunidade Guató 14

LISTA DE QUADROS

1. Ações recomendadas 33

LISTA DE FOTOS

1. Mulher Guató que faz parte do processo de organização de produção artesanal 5
2. Coleta de arroz “selvagem” nas margens da lagoa Gaíba 6
3. Roça Guató, próxima da casa, demonstra compartilhamento de culturas 7
4. “Carneada” de capivara durante nossa estadia na ilha 7
5. Garoto indígena depois da sua “caçada” traz o animal morto para alimentar uma família de oito pessoas (data – 1998) 8
6. Canoa Guató, usada em todo o Pantanal, é conhecida como canoa de um “pau só”, geralmente feita de chimbuva (*Enterolobium contortisiliquum*) 8
7. Embarcação Guató I, usado como principal meio de transporte 10
8. Artesanatos produzidos na área através de fomento de capacitação 10
9. Local denominado Retiro do Carandazal, usado para concentrar as “criações” de gado e caprinos através de Projetos incentivados peli CIMI 16
10. Trilha usada na Ilha ligando as casa 17
11. Profª. Drª. Rosângela e Sr. Veridiano 22
12. Oficina de tecelagem em algodão 23
13. Resultado da Oficina de tecelagem em algodão 23
14. Camalote exposto ao sol para desidratar e logo após ser trançado 23
15. Dona Josefina ensinando o trançado em camalote 24
16. Curso de artesanato com madeira 24
17. Resultado da oficina de artesanato em madeira 24
18. Escola e “alunos” da comunidade 26
19. Oficina de plantas medicinais 28
20. Oficina de saúde da mulher 28

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional de Águas
BAP	Bacia do Alto Paraguai
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
DF	Distrito Federal
ECOA	Ecologia e Ação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEF	Global Environmental Facility (Fundo Mundial para o Meio Ambiente)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDATERRA	Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IMAP	Instituto de Meio Ambiente Pantanal
ITC	Inter-tribal de Memória e Ciência Indígena
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
PAE	Plano de Ações Estratégicas
PCBAP	Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai.
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul